

BOLETIM DE TRABALHO

DO RIO GRANDE DO SUL

Secretaria de Planejamento,
Governança e Gestão (SPGG)
Departamento de Economia e
Estatística (DEE)
Setembro | 2026

O mercado de
trabalho do RS no
2.º trimestre de 2026



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Introdução

- Conforme as evidências apresentadas no Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul publicado em junho de 2026, alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho estadual mantiveram-se estáveis no 1.º trimestre deste ano (Boletim de Trabalho [...], 2026).
- Corroborando essa afirmação, a taxa de participação na força de trabalho, o nível de ocupação e a taxa de informalidade permaneceram estáveis no 1.º trimestre de 2026.

- É interessante observar que o mercado de trabalho do RS tenha apresentado estabilidade em alguns indicadores no 1.º trimestre de 2026, uma vez que, por fatores sazonais, com recorrência, esses indicadores costumam piorar nesse período.
- O comportamento do mercado de trabalho do RS foi favorável no que diz respeito à subutilização da força de trabalho e aos rendimentos dos ocupados: no 1.º trimestre de 2026, nas comparações interanuais, ocorreram queda da taxa de desocupação e aumento do rendimento médio mensal real habitual.

- Em termos contextuais, deve-se ter presente que o desempenho positivo desses indicadores se deu não obstante a conjuntura de redução do ritmo de crescimento da economia gaúcha, cujo Produto Interno Bruto (PIB), que havia registrado variação interanual de 1,8% no 1.º trimestre de 2025, passou para 0,4% no 1.º trimestre de 2026 (Conceição; Lazzari; Fantinel, 2025, 2026).

- A seção 1 do Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul tem o objetivo de atualizar o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho estadual, utilizando, para tanto, dados do 2.º trimestre de 2026 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- O acompanhamento do mercado de trabalho gaúcho é feito em perspectiva comparada com os de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e o do Brasil. Com base em indicadores selecionados do mercado de trabalho, procura-se também identificar a evolução da posição relativa do estado em relação às demais unidades da Federação (UFs) no 2.º trimestre de 2026.

■ Estrutura da apresentação

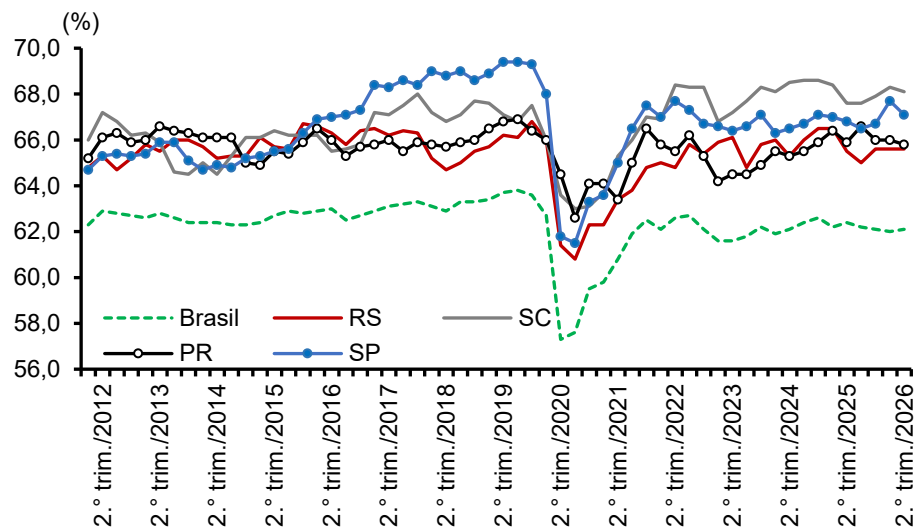
- ❑ Participação na força de trabalho
- ❑ Nível de ocupação e trabalho informal
- ❑ Subutilização da força de trabalho
- ❑ Rendimentos dos ocupados

Fonte de dados: PNAD Contínua do IBGE

- Dados trimestrais
- Dados disponíveis mais recentes: 2.º trim./2026

Participação na força de trabalho

Taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no RS, em SC, no PR e em SP — 1.º trim./2012-2.º trim./2026

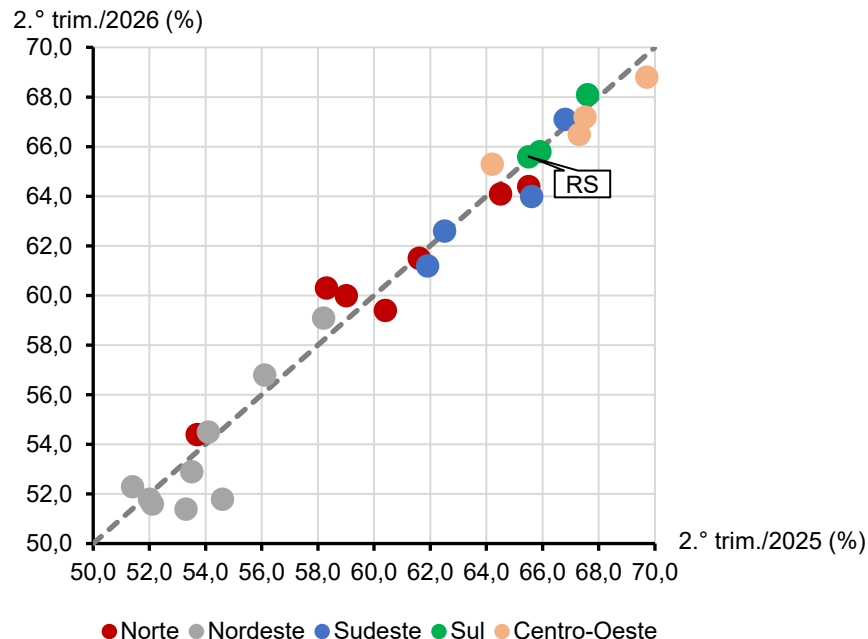


➤ No 2.º trimestre de 2026, a taxa de participação na força de trabalho (TPFT) manteve-se estável no RS (65,6%), em SC (68,1%) e no PR (65,8%); em SP, apresentou queda na margem (de 67,7% para 67,1%), enquanto, no país, a retração ocorreu na referência comparativa interanual (de 62,4% para 62,1%).

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Taxa de participação na força de trabalho, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 2.º trim./2025 e 2.º trim./2026

- É possível conhecer a evolução da posição relativa da taxa de participação na força de trabalho (TPFT) do RS em relação às demais UF's por meio das evidências apresentadas no gráfico ao lado.
- No gráfico de dispersão, a TPFT do 2.º trimestre de 2025 está sendo medida no eixo horizontal, e a do 2.º trimestre de 2026, no eixo vertical.
- Assim, quanto mais à direita estiver o ponto correspondente à UF, maior será a sua TPFT no 2.º trimestre de 2025; da mesma forma, quanto mais acima ele estiver, maior ela será no 2.º trimestre de 2026.
- De acordo com o que se pode constatar no gráfico, o RS manteve a sétima maior TPFT na comparação do 2.º trimestre de 2025 com o de 2026: há seis pontos à direita e acima da sua posição, os quais representam SC, PR, SP, GO, MT e o DF.



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Força de trabalho no Brasil, no RS, em SC, no PR e em SP — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	FORÇA DE TRABALHO (1.000 pessoas)									VARIAÇÃO %	
	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	1.º	2.º	2.º Trim./2026	2.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2026	Trim./2026	1.º Trim./2026	2.º Trim./2025
Brasil	105.460	95.589	102.315	106.340	105.505	107.272	108.569	108.555	108.919	(1) 0,3	0,3
RS	6.101	5.675	5.880	6.030	6.113	6.066	6.120	6.143	6.158	0,2	0,6
SC	4.026	3.940	4.057	4.304	4.317	4.503	4.531	4.632	4.648	0,4	(1)2,6
PR	6.122	5.984	5.881	6.165	6.177	6.302	6.402	6.485	6.483	0,0	1,3
SP	25.578	22.808	24.428	25.533	25.230	25.464	25.671	26.116	25.945	-0,7	1,1

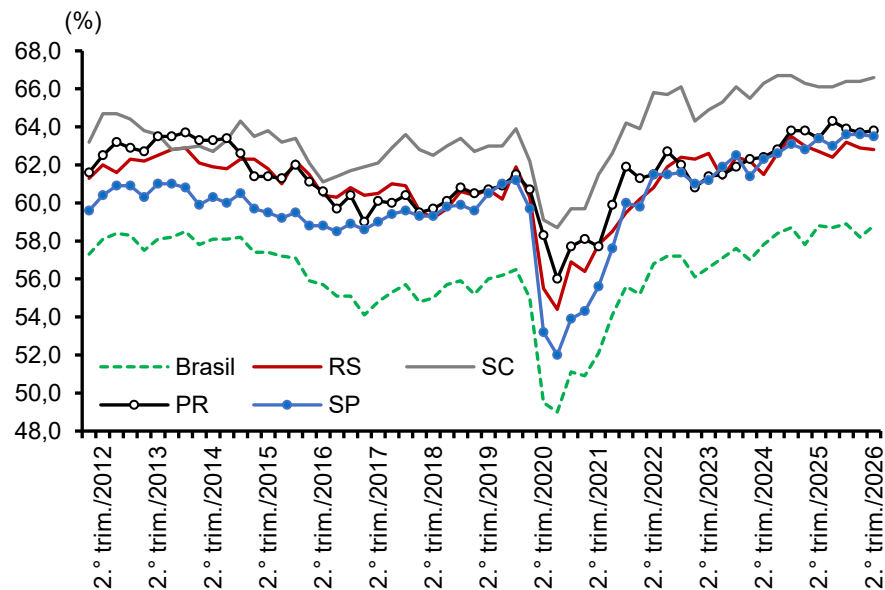
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

- No que diz respeito ao número absoluto de pessoas na **força de trabalho** no 2.º trimestre de 2026, este se manteve estável no RS (6.158 mil pessoas), assim como no PR e em SP.
- Em SC, na referência comparativa interanual, registrou variação positiva (2,6%); no país, na margem, observou-se oscilação positiva de 0,3%.

Nível de ocupação e trabalho informal

Nível de ocupação no Brasil, no RS, em SC, no PR e em SP — 1.º trim./2012-2.º trim./2026

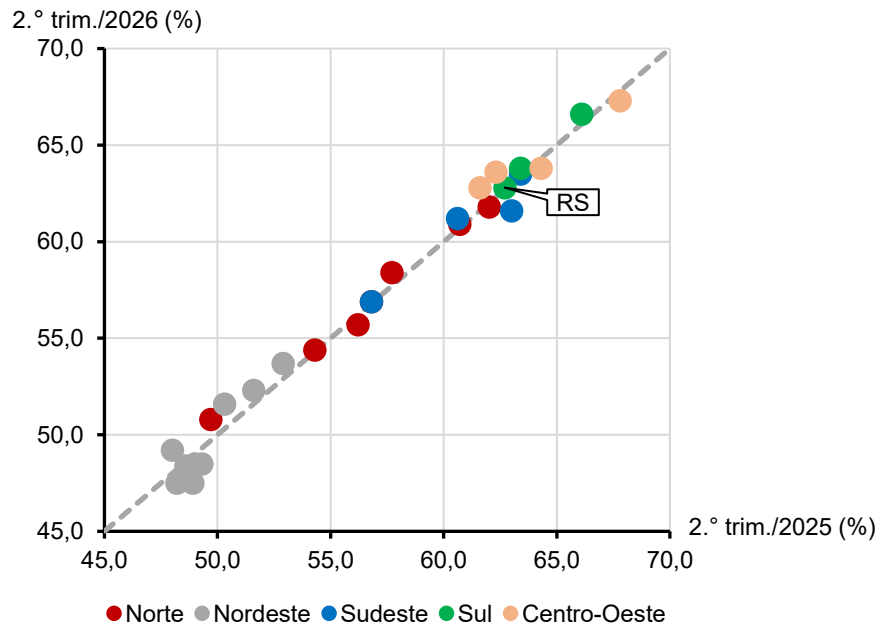


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

➤ No 2.º trimestre de 2026, o nível de ocupação (NO) manteve-se estável no RS (62,8%), em SC (66,6%), no PR (63,8%) e em SP (63,5%); no âmbito nacional, na comparação com o 1.º trimestre do mesmo ano, elevou-se de 58,2% para 58,8%.

Nível de ocupação, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 2.º trim./2025 e 2.º trim./2026

- No 2.º trimestre de 2025, o RS detinha o sétimo maior nível de ocupação (NO), pois se podem identificar seis pontos à sua direita no gráfico de dispersão, que representam os estados de SC, PR, MG, SP, GO e MT.
- No 2.º trimestre de 2026, o RS manteve-se com o sétimo maior NO: seis pontos localizam-se acima da sua posição no gráfico, que correspondem aos estados de SC, PR, SP, GO, MT e MS.



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Contingentes de ocupados no Brasil, no RS, em SC, no PR e em SP — trimestres selecionados

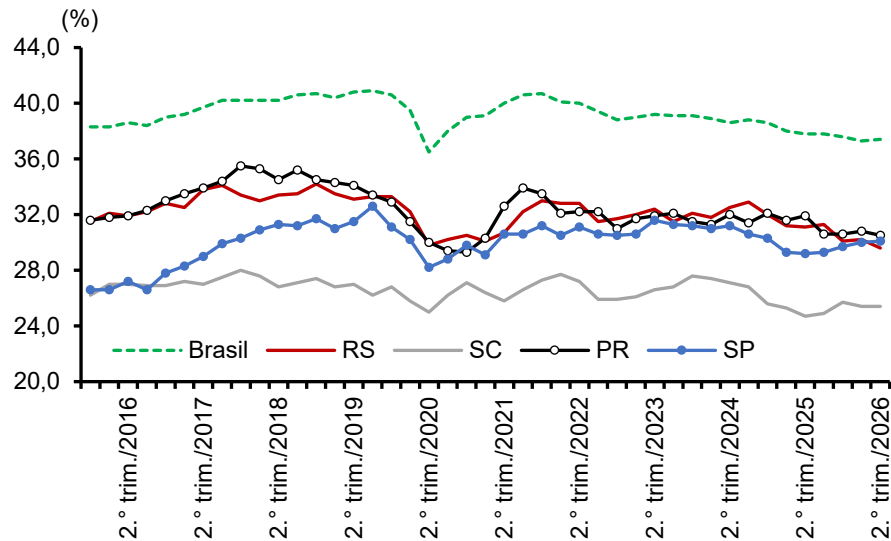
DISCRI- MINA- ÇÃO	OCUPADOS (1.000 pessoas)									VARIAÇÃO %	
	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	1.º	2.º	2.º Trim./2026	2.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2026	Trim./2026	1.º Trim./2026	2.º Trim./2025
Brasil	92.662	82.610	87.743	96.445	97.038	99.883	102.316	101.976	103.057	(1)1,1	(1)0,7
RS	5.596	5.128	5.360	5.653	5.791	5.710	5.854	5.895	5.902	0,1	0,8
SC	3.779	3.656	3.818	4.134	4.165	4.357	4.429	4.506	4.550	1,0	(1)2,7
PR	5.563	5.409	5.348	5.791	5.875	6.022	6.158	6.258	6.285	0,4	(1)2,1
SP	22.268	19.632	20.866	23.177	23.253	23.834	24.353	24.554	24.554	0,0	0,8

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

- O contingente de ocupados permaneceu estável, no 2.º trimestre de 2026, no RS (5.902 mil ocupados) e em SP. Na referência comparativa interanual, no 2.º trimestre de 2026, o indicador registrou variações positivas em SC (2,7%), no PR (2,1%) e, com menor intensidade, no plano nacional (0,7%).

Taxa de informalidade no Brasil, no RS, em SC, no PR e em SP — 4.º trim./2015-2.º trim./2026



➤ No 2.º trimestre de 2026, a taxa de informalidade manteve-se estável no RS (29,6%), em SC (25,4%), no PR (30,5%), em SP (30,1%) e no país (37,4%).

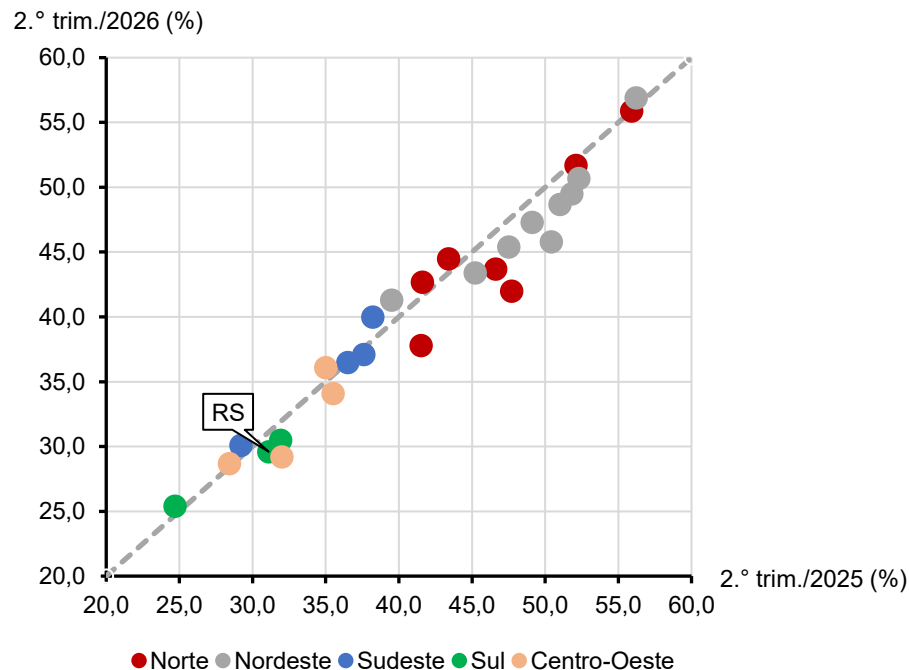
➤ Pode-se ainda observar que, tanto no RS quanto em suas referências comparativas selecionadas, a taxa de informalidade do 2.º trimestre de 2026 encontrava-se em nível inferior ao do 2.º trimestre de 2019, referência comparativa de um período anterior à pandemia de covid-19.

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Nota: A taxa de informalidade está disponível a partir do 4.º trim./2015.

Taxa de informalidade, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 2.º trim./2025 e 2.º trim./2026

- A evolução da posição relativa do RS diante das demais UF's no que se refere ao nível da **taxa de informalidade** pode ser visualizada no gráfico de dispersão.
- Percebe-se, por meio desse gráfico, que o RS se manteve com a quarta menor **taxa de informalidade** em ambos os trimestres: estavam localizados à esquerda de sua posição SC, SP e o DF e, abaixo, SC, MS e o DF.



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Contingentes de ocupados informais no Brasil, no RS, em SC, no PR e em SP — trimestres selecionados

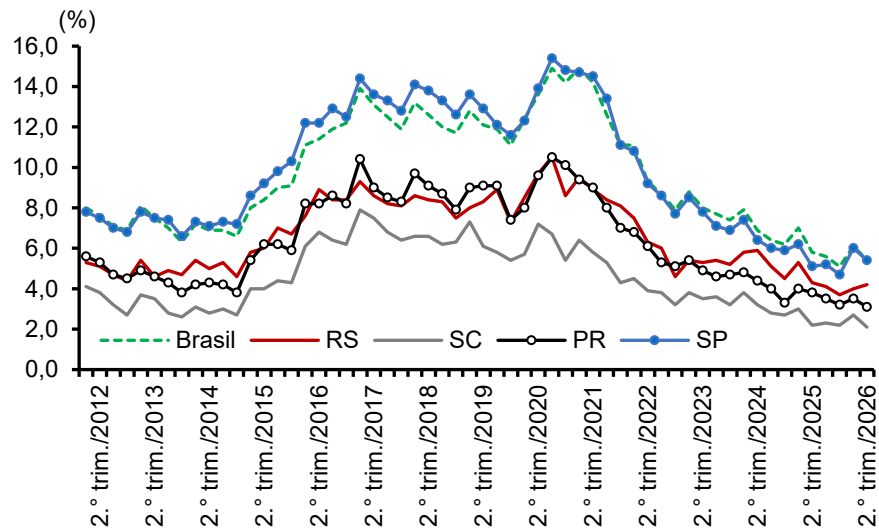
DISCRI- MINA- ÇÃO	OCUPADOS INFORMAIS (1.000 pessoas)									VARIAÇÃO %	
	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	1.º	2.º	2.º Trim./2026	2.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2026	Trim./2026	1.º Trim./2026	2.º Trim./2025
Brasil	37.876	30.253	35.183	38.619	38.051	38.619	38.718	38.084	38.579	(1) 1,3	-0,4
RS	1.861	1.540	1.655	1.862	1.886	1.860	1.821	1.783	1.750	-1,8	-3,9
SC	1.024	918	990	1.126	1.114	1.183	1.096	1.145	1.155	0,9	(1) 5,4
PR	1.909	1.632	1.756	1.879	1.884	1.934	1.967	1.926	1.915	-0,6	-2,6
SP	7.027	5.555	6.392	7.217	7.360	7.441	7.109	7.360	7.401	0,6	4,1

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).
Nota: São considerados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares.
(1) Significância estatística com 95% de confiança.

➤ O contingente de ocupados informais ficou estável no 2.º trimestre de 2026 no RS (1.750 mil pessoas), assim como no PR e em SP. Em SC, na comparação interanual, a ocupação informal evidenciou um aumento expressivo (5,4%) e, no âmbito nacional, na margem, registrou variação positiva (1,3%).

Subutilização da força de trabalho

Taxa de desocupação no Brasil, no RS, em SC, no PR e em SP — 1.º trim./2012-2.º trim./2026

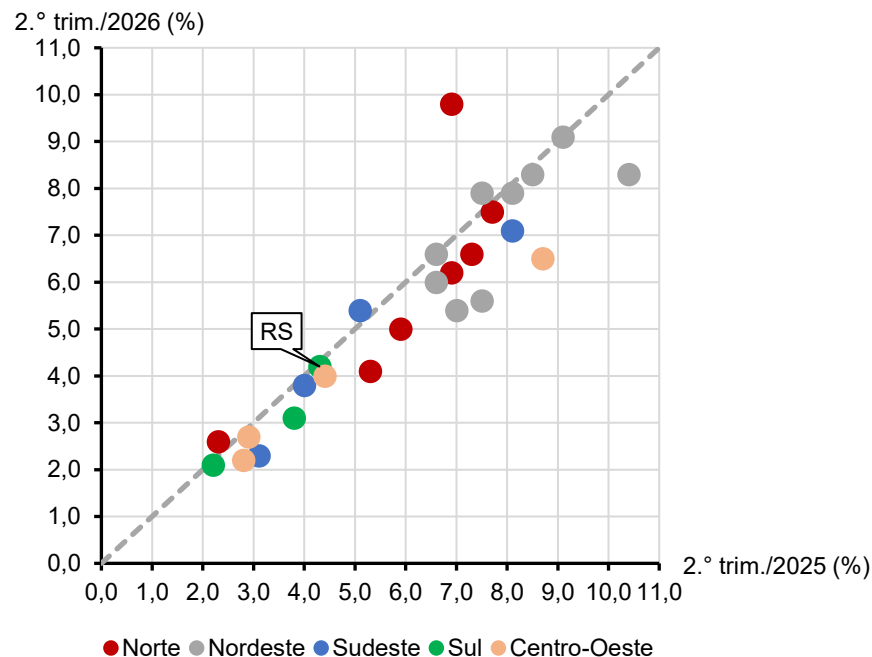


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

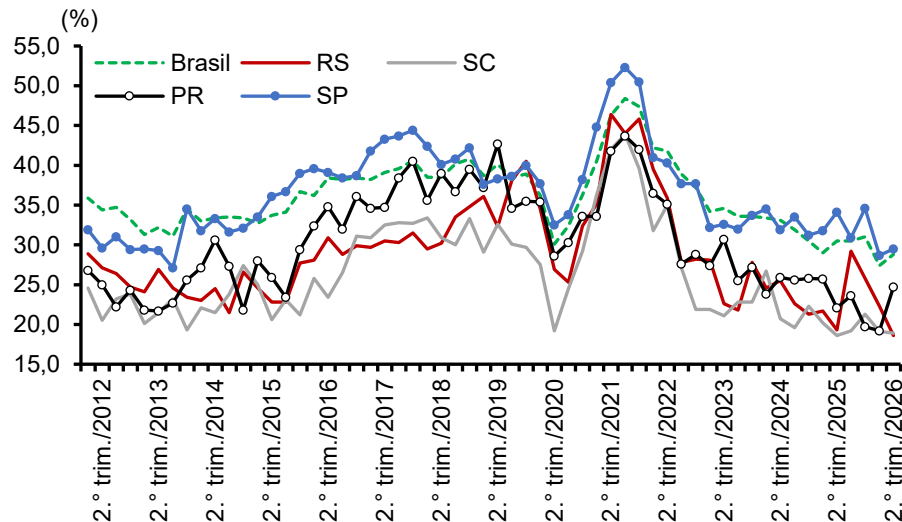
➤ No 2.º trimestre de 2026, a taxa de desocupação manteve-se estável no RS (4,2%) e em SP (5,4%). Em SC, no mesmo trimestre de 2026, apresentou queda na margem (de 2,7% para 2,1%) e, no PR e no país, na referência comparativa interanual (de 3,8% para 3,1% e de 5,8% para 5,4% respectivamente).

Taxa de desocupação, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 2.º trim./2025 e 2.º trim./2026

- De acordo com o que se pode observar no gráfico de dispersão, o RS detinha a oitava menor taxa de desocupação no 2.º trimestre de 2025: há sete pontos a sua esquerda, que representam os estados de SC, PR, ES, MG, MS, MT e RO.
- Já no 2.º trimestre de 2026, o RS havia perdido posições relativas no *ranking* do indicador, tendo passado a deter a décima menor taxa de desocupação: identificam-se nove pontos abaixo de sua posição no gráfico, que correspondem aos estados de SC, PR, ES, MG, MS, MT, GO, RO e TO.



Incidência da desocupação de longo prazo no Brasil, no RS, em SC, no PR e em SP — 1.º trim./2012-2.º trim./2026



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026a, 2026b).

Nota: 1. Elaborado com os dados da Pesquisa.

2. A incidência da desocupação de longo prazo corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados.

- No 2.º trimestre de 2026, em relação ao mesmo trimestre de 2025, a **incidência da desocupação de longo prazo** evidenciou queda no RS (de 19,3% para 18,6%), em SP (de 34,1% para 29,5%) e no país (de 30,5% para 28,8%), enquanto, em SC e no PR, registrou oscilações positivas (de 18,6% para 18,9% e de 22,1% para 24,7% respectivamente).
- Assinale-se que, no RS, a **incidência da desocupação de longo prazo** do 2.º trimestre de 2026 passou a ser a menor da sua série temporal.

Contingentes de desocupados no Brasil, no RS, em SC, no PR e em SP — trimestres selecionados

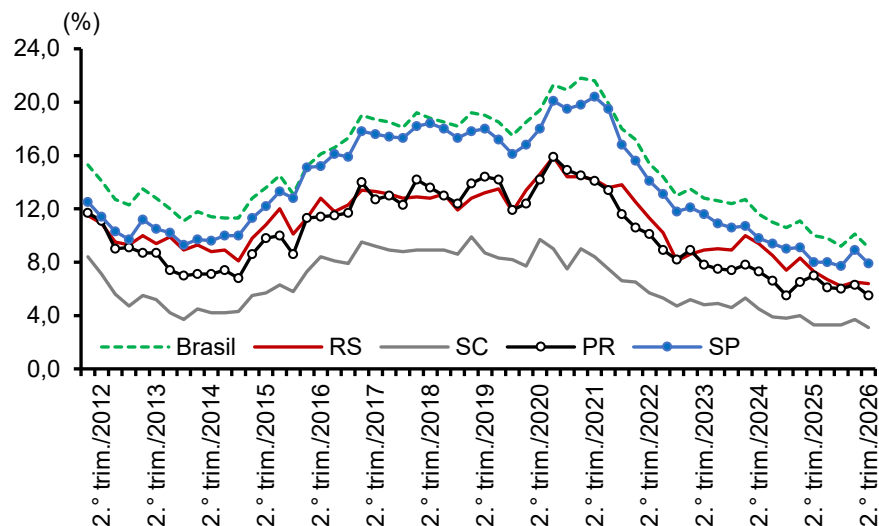
DISCRIMINAÇÃO	DESOCUPADOS (1.000 pessoas)									VARIAÇÃO %	
	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	1.º	2.º	2.º Trim./2026	2.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2026	Trim./2026	1.º Trim./2026	2.º Trim./2025
Brasil	12.797	12.979	14.572	9.895	8.468	7.388	6.253	6.579	5.861	(1)-10,9	(1) -6,3
RS	505	548	520	377	321	357	266	249	256	2,8	-3,9
SC	247	283	239	170	153	145	101	126	98	(1)-21,9	-3,0
PR	559	575	534	374	302	280	244	228	198	-13,0	(1)-18,8
SP	3.310	3.176	3.561	2.356	1.977	1.629	1.319	1.562	1.391	-10,9	5,5

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

- Quanto ao contingente de desocupados no 2.º trimestre de 2026, este se manteve estável no RS (256 mil pessoas) e em SP.
- O indicador, no 2.º trimestre de 2026, evidenciou queda na margem em SC (-21,9%) e, na referência comparativa interanual, no PR (-18,8%) e no plano nacional (-6,3%).

Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil, RS, SC, PR e SP — 1.º trim./2012-2.º trim./2026

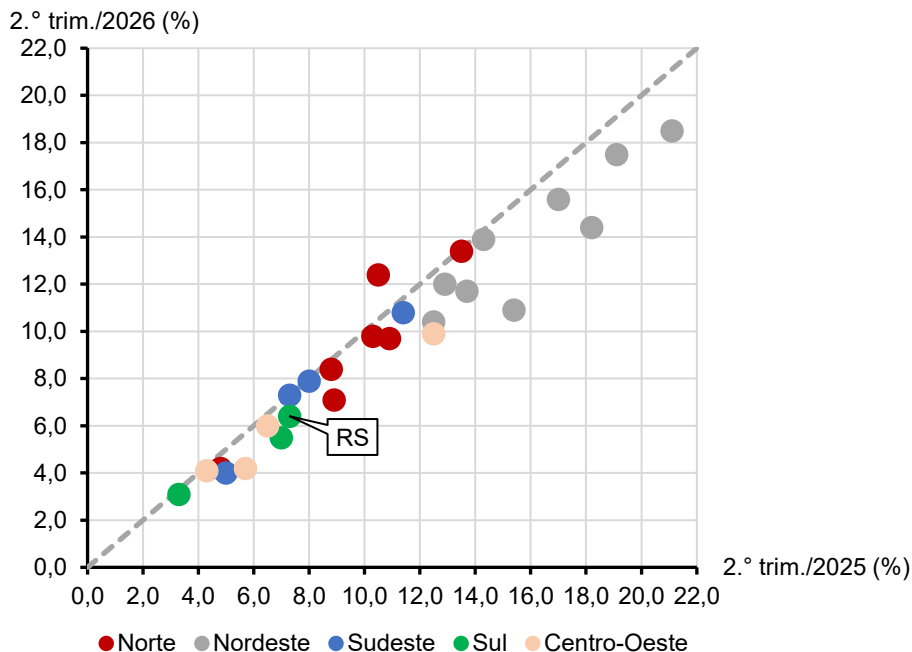


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

- No 2.º trimestre de 2026, na margem, a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (TCDS) manteve-se estável no RS (6,4%) e evidenciou redução em SC (de 3,7% para 3,1%), no PR (de 6,3% para 5,5%), em SP (de 8,9% para 7,9%) e no país (de 10,1% para 9,1%).
- Na comparação do 2.º trimestre de 2026 com o de 2025, a TCDS registrou queda no RS (-0,9 ponto percentual (p.p.)), no PR (-1,5 p.p.) e no âmbito nacional (-0,9 p.p.); em SC e em SP, manteve-se estável.

Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 2.º trim./2025 e 2.º trim./2026

- Pode-se verificar a evolução da posição relativa do RS em comparação com todas as UF's quanto ao nível da taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (TCDS) por meio do gráfico ao lado, no qual consta esse indicador no 2.º trimestre de 2025 e no de 2026.
- Como é possível constatar, o RS manteve a oitava menor TCDS em ambos os trimestres, uma vez que se identificam sete pontos à esquerda e abaixo da sua posição no gráfico de dispersão, que correspondem aos estados de SC, PR, ES, GO, MS, MT e RO.



Soma dos contingentes de desocupados e de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil, no RS, em SC, no PR e em SP — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	CONTINGENTES (1.000 pessoas)									VARIAÇÃO %	
	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	1.º	2.º	2.º Trim./2026	2.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2026	Trim./2026	1.º Trim./2026	2.º Trim./2025
Brasil	20.079	18.534	22.076	16.353	13.510	12.407	10.856	10.944	9.936	(1) -9,2	(1) -8,5
RS	807	826	834	683	541	570	447	397	396	-0,3	(1)-11,6
SC	350	382	341	248	210	204	149	171	146	(1)-14,6	-1,7
PR	882	848	832	627	482	459	450	406	358	(1)-11,8	(1)-20,5
SP	4.612	4.111	5.006	3.619	2.940	2.492	2.050	2.322	2.042	(1)-12,1	-0,4

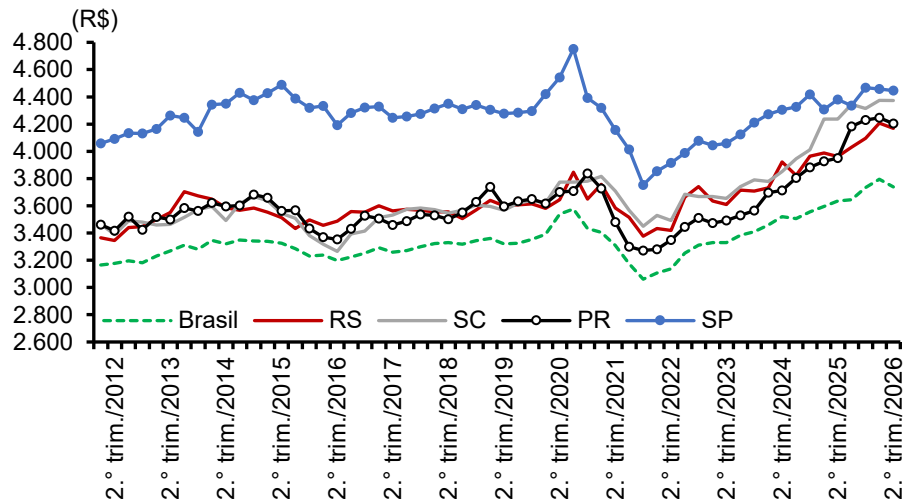
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

- O contingente de desocupados e de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, no 2.º trimestre de 2026, na margem, permaneceu estável no RS, em 396 mil pessoas. Na mesma referência comparativa, o indicador teve redução em SC (-14,6%), no PR (-11,8%), em SP (-12,1%) e no país (-9,2%).
- Na comparação do contingente de pessoas subutilizadas no 2.º trimestre de 2026 com o do mesmo trimestre de 2025, registrou-se queda no RS (-11,6%), no PR (-20,5%) e no país (-8,5%); em SC e em SP, o contingente manteve-se estável.

Rendimentos dos ocupados

Rendimento médio mensal real habitual dos ocupados no Brasil, no RS, em SC, no PR e em SP — 1.º trim./2012-2.º trim./2026



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

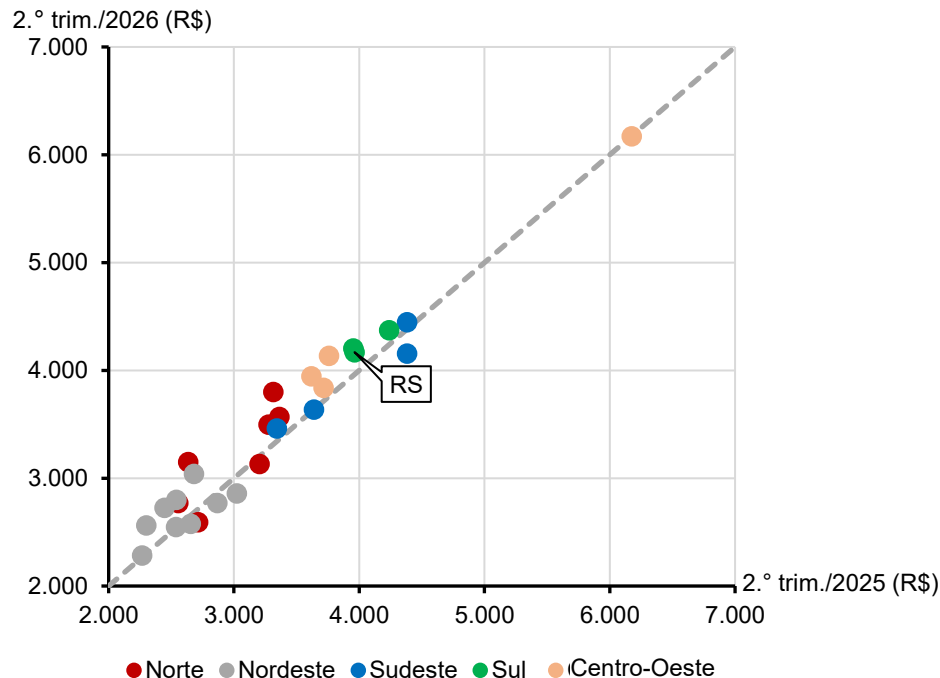
Nota: 1. Rendimento médio mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 2.º trim./2026.

- No 2.º trimestre de 2026, na margem, o rendimento médio mensal real habitual manteve-se estável no RS (R\$ 4.169), em SC (R\$ 4.372), no PR (R\$ 4.204), em SP (R\$ 4.447) e no plano nacional (R\$ 3.738).
- Já na referência comparativa interanual, no 2.º trimestre de 2026, o indicador registrou variações positivas no RS (5,2%), no PR (6,4%) e no plano nacional (2,8%); em SC e em SP, permaneceu estável.

Rendimento mensal real habitual dos ocupados, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 2.º trim./2025 e 2.º trim./2026

- O RS possuía, entre as UFs, o quinto maior nível do **rendimento médio mensal real habitual** no 2.º trimestre de 2025, dado que se identificam quatro pontos à sua direita no gráfico de dispersão, que correspondem a SC, SP, RJ e o DF.
- No 2.º trimestre de 2026, o estado manteve o quinto maior nível do **rendimento médio mensal real habitual**: quatro pontos localizam-se acima da sua posição, que representam SC, PR, SP e o DF.



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Nota: 1. Rendimento médio mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 2.º trim./2026.

Massa de rendimento mensal real habitual dos ocupados no Brasil, no RS, em SC, no PR e em SP — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	MONTANTE (R\$ milhões)									VARIAÇÃO %	
	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	1.º	2.º	2.º Trim./2026	2.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2026	Trim./2026	1.º Trim./2026	2.º Trim./2025
Brasil	300.178	285.661	283.525	296.708	317.628	346.577	367.147	382.141	380.309	-0,5	(1)3,6
RS	19.453	18.088	18.600	18.712	20.241	21.949	22.771	24.364	24.183	-0,7	(1)6,2
SC	13.193	13.515	13.853	14.233	15.025	16.638	18.610	19.540	19.752	1,1	(1)6,1
PR	19.562	19.584	18.210	19.051	20.258	22.123	24.067	26.304	26.197	-0,4	(1)8,8
SP	94.202	88.340	85.896	90.018	93.773	101.977	106.148	108.899	108.690	-0,2	2,4

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Nota: 1. Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

2. Massa de rendimento deflacionada para a média mensal dos preços do 2.º trim./2026.

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

- A massa de rendimento mensal real habitual dos ocupados no 2.º trimestre de 2026, ante o trimestre anterior, manteve-se estável no RS (R\$ 24,18 bilhões), nos demais estados da Região Sul, em SP e no país.
- Ao se cotejar o indicador do 2.º trimestre de 2026 com o do mesmo trimestre de 2025, constata-se que ocorreram variações positivas no RS (6,2%), em SC (6,1%), no PR (8,8%) e no país (3,6%); em SP, houve estabilidade.

Considerações finais

- ❑ Sumarizando as evidências apresentadas na seção 1 do Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul, no segundo trimestre de 2026, o comportamento predominante de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do RS foi de estabilidade.
- ❑ Nesse sentido, a taxa de participação na força de trabalho, o nível de ocupação, a taxa de informalidade e a taxa de desocupação mantiveram-se estáveis no RS no 2.º trimestre de 2026. Tal comportamento foi semelhante ao verificado em SC, no PR e em SP, enquanto o agregado nacional mostrou desempenho mais favorável no que se refere à ocupação e à desocupação.

- ❑ No âmbito dos rendimentos do trabalho, no 2.º trimestre de 2026, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, como foi mostrado, o desempenho do RS foi favorável, com variações interanuais positivas do rendimento médio mensal real habitual e da massa de rendimento mensal real habitual.
- ❑ Na mesma referência comparativa, o comportamento dos rendimentos no mercado de trabalho gaúcho esteve mais alinhado com o do PR e o do país.
- ❑ Foram realizadas, na seção 1, seis comparações de indicadores do mercado de trabalho com as 27 UFs, as quais permitiram conhecer a evolução da posição relativa do RS do 2.º trimestre de 2025 para o 2.º trimestre de 2026.

- ❑ De acordo com o que foi mostrado, nas comparações de cinco indicadores, a posição do RS manteve-se estável, quais sejam: a taxa de participação na força de trabalho, o nível de ocupação, a taxa de informalidade, a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e o rendimento médio mensal real habitual.
- ❑ Somente na comparação da taxa de desocupação o estado modificou sua posição, tendo passado, do 2.º trimestre de 2025 para o 2.º trimestre de 2026, do oitavo para o décimo menor nível do indicador entre as 27 UFs.

Referências

- BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 6, n. 3, 2024. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-conjuntura>. Acesso em: 21 nov. 2024.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 2, n. 4, 2020. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 27 jan. 2021.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 4, n. 4, 2022. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 13 jan. 2023.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 6, n. 4, 2024. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 17 dez. 2024.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 8, n. 2, 2026. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 24 jun. 2026.
- BRAGA, D.; ASSUNÇÃO, G.; HIDALGO, L. **Package PNADcIBGE**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/PNADcIBGE/index.html>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- CONCEIÇÃO, C. S.; LAZZARI, M. R.; FANTINEL, V. D. **Resultados do PIB Trimestral do Rio Grande do Sul** — 1.º trimestre de 2025. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2025. (Nota Técnica n. 114). Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/pib-trimestral-rs-1-trim-2025-nt-dee-114.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- CONCEIÇÃO, C. S.; LAZZARI, M. R.; FANTINEL, V. D. **Resultados do PIB Trimestral do Rio Grande do Sul** — 1.º trimestre de 2026. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2026. (Nota Técnica n. 131). Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/pib-trimestral-rs-1-trim-2026-nt-dee-131.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2026.
- IBGE. **Medidas de subutilização da força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Nota técnica, n. 2). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2026a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2026. Acesso em: 14 ago. 2026.
- IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — Divulgação Trimestral — 2.º trimestre de 2026. Rio de Janeiro: IBGE, 2026b.
- Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 14 ago. 2026.
- ILO. **Key indicators of the labour market**. Geneva: ILO, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---stat/documents/publication/wcms_498929.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.
- LUMLEY, T. **Package survey**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2026. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/survey/index.html>. Acesso em: 24 fev. 2026.
- MANGANELLI, A.; BASTOS, R.; DONOSO, V. Emprego e salários: continuidade do desempenho positivo dos principais indicadores do mercado de trabalho. In: WEISS, M. (Coord.) **Carta de Conjuntura do NAPE**. Porto Alegre: FCE/UFRGS, v. 33, n. 1, 2026. Disponível em: https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2026/04/Carta-Nape_03.2026_ok.pdf. Acesso em: 4 maio 2026.
- OIT. **Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo**. Ginebra: OIT, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dqreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf. Acesso em: 5 jun. 2019.
- OIT. **Tendencias del mercado laboral en América Latina y el Caribe**. Ginebra: OIT, 2026. Disponível em: <https://researchrepository.ilo.org/esploro/outputs/report/995710055302676>. Acesso em: 30 jul. 2026.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO • SPGG

Secretária: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Felipe Moreira Cruzeiro

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mór Scarparo



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA • DEE

Diretor: Tomás Pinheiro Fiori

Divisão de Análise Econômica: Martinho Lazzari

Técnicos: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

dee@planejamento.rs.gov.br